

Revista Policial: formas de divulgação das polícias no Rio de Janeiro de 1903*

Marcos Luiz Bretas**

Resumo:

Esta artigo analisa a produção da Revista Policial, editada no Rio de Janeiro em 1903/1904, por oficiais da Polícia Militar. Verificamos como a Revista se inicia voltada para a formação e informação dos praças policiais e vai mudando seu conteúdo, talvez pelo tipo de leitor que conquista, tornando-se uma revista mais informativa sobre modelos policiais e celebrando vultos a acontecimentos que estabelecem uma memória da instituição policial militar.

Palavras-chave: polícia, imprensa, Rio de Janeiro

Abstract:

This article looks into the Revista Militar, a journal published by officers of Rio de Janeiro's military police between 1903 and 1904. This journal starts aiming at private readers, publishing articles intended for their education. Later it realizes that its public is different and changes its content, emphasising articles that tell about greta figures and facts that help establish a police institutional memory.

Keywords: police, press, Rio de Janeiro

* Trabalho apresentado nas Jornadas *A polícia em perspectiva histórica: Argentina e Brasil (do século XIX até a atualidade)*. Buenos Aires, 28/29 de agosto de 2008.

** Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Marcos Luiz Bretas

Revista Policial, publicação mensal de
oficiais da Brigada Policial da Capital
Federal. Com tanto *a*! não pode
deixar de ser colossal e sem igual
a nova revista...
O Malho

Os estudos sobre a história da polícia, pouco a pouco, vão se afirmando como um campo significativo dentro das pesquisas históricas. Ainda que a América Latina tenha recebido pouca atenção, parece haver um movimento importante de consolidação de pesquisas, contribuindo para um maior conhecimento sobre questões de grande relevância como a violência policial, corrupção – ainda que este tema seja de difícil abordagem – e formas de policiamento em regimes ditatoriais e democráticos – com a significativa questão sobre a existência ou não de diferenças entre as práticas policiais nestes períodos.

Numa leitura da produção sobre o tema em busca de tendências, podemos sugerir que a história da polícia nasce como parte da história do Estado Moderno. Desde a historiografia progressista, que buscava ressaltar as benéficas inovações dos estados constituídos a partir do século XVIII, até as leituras foucaultianas sobre o desenvolvimento e a aplicação de tecnologias de poder, as discussões tomavam a polícia como um objeto inteiro, aparato funcional que “realizava” ações, avaliadas de forma positiva ou negativa. Na América latina, que vivia a especificidade do estabelecimento de estados no século XIX, capazes de emular os europeus, a presença forte do Estado nas ruas através da ação policial parecia um excelente tema no que era representado como um processo de imposição de uma ordem.

Uma vertente da história social passou a questionar essa forma de pensar a polícia, colocando problemas, desconstruindo o objeto, sugerindo que a aplicação de tecnologias exigia uma produção de atores policiais capazes de realizar essas ações, mas capazes também de inviabilizá-las. O foco foi se deslocando da polícia para o policial, discutindo suas origens sociais, seu treinamento e sua existência tanto enquanto agente policial como quanto participante da sociedade, de seus costumes.

Essa inserção dos policiais numa cultura permite que venham surgindo questionamentos também quanto ao lugar cultural que a polícia e os policiais ocupam. Cada vez mais se percebe que lidamos com uma categoria que se constitui permanentemente, sem uma definição explícita, num embate de percepções que envolve os atores públicos, institucionais, os atores sociais, que de diversas formas se relacionam com a idéia de polícia, e mesmo os atores policiais, que tentam estabelecer uma forma de se definir socialmente, que ao longo da história parece constituir uma série de iniciativas desejosas de afirmar a positividade do ser policial, diante de uma sociedade mais ou menos descrente.

Nesse ponto eu gostaria de afirmar dois pontos importantes nesse processo, privilegiando dois atores cruciais nos processos de constituição das representações policiais no século XX. O primeiro ponto é a significação da cultura impressa, em especial da imprensa, como divulgador e padronizador de imagens sociais. No século XIX os policiais começam a se tornar atores naturais nos dramas literários, ganhando contornos bastante nítidos, que não pretendo explorar aqui. Ao final deste século, a literatura vai cedendo espaço à imprensa, onde a afirmação de um mercado de leitores reforça a busca de temáticas “interessantes” ou mesmo “sensacionais”, ampliando o noticiário sobre crimes e, com ele, sobre a polícia. Seguindo a tradição que se constituía nos romances de detetive, a imprensa começa a explorar a incompetência dos policiais, postos em competição com as investigações dos repórteres, que substituem os detetives da ficção. Ao mesmo tempo, existe um grande fascínio pela idéia de investigação policial, como parte do grande espetáculo da ciência moderna. Essa investigação exige recursos, e passa a demandar a participação do Estado através da polícia, e a ser representada como a verdadeira polícia que o poder público deve ter, e que, por vezes, de fato tem, o que permite à imprensa retratar positivamente suas vitórias. Um terceiro elemento, significativo no caso brasileiro, é a representação da violência policial, da arbitrariedade como prática que o noticiário estabelece. Junto à incompetência policial, pululam as ocorrências onde ela procede mal, desrespeitando e agredindo as pessoas.

Por outro lado, é preciso colocar a questão da formação de uma identidade policial, que envolve a constituição de um campo de legitimidade para certos atores, que buscam afirmar sua profissionalização e saber específico, bem como a positividade de seu lugar social, tão pouco apreciado pela imprensa diária. Essa afirmação necessita ser feita em duas direções: diante do público externo que não reconhece o valor da polícia, mas, também diante dos próprios policiais, que freqüentemente não compartilham desse projeto da sua própria afirmação, preferindo encarar sua atividade como uma ocupação, por vezes temporária, por vezes contingente das necessidades e vicissitudes do ganhar a vida. A evidência histórica é farta para mostrar que os policiais não se constituíram nos “corpos dóceis” que certa historiografia enfatiza, e o processo de constituição de suas vontades e práticas, a conquista de um status próprio enquanto policiais, membros de um grupo, deve ser tomado mais como um problema do que de forma natural. A transformação da polícia em um campo de atividade onde iguais se reconhecem e que possui um valor na existência social é um processo que se sucede à formação dos aparatos policiais do Estado moderno. Como explicar à sociedade e aos próprios policiais que sua atividade é necessária, nobre, e que aqueles que a exercem merecem respeito?

As estratégias de legitimação da atividade policial começam, de forma geral, com aqueles que ocupam as posições mais elevadas destas atividades. Como justificar que bacharéis de direito ou oficiais militares compartilhem com a ralé de tão nefasta atividade? Os caminhos e os momentos de desenvolvimento da legitimidade parecem ter variado. No caso europeu, é visível como os atores policiais são letrados, e parecem interessados em utilizar o meio impresso para valorizar suas atividades. Não são poucas as memórias de policiais levantadas por Kalifa (2005) e por Lawrence (2003 e 2000). Essas “versões oficiais” da investigação e dos males das ruas atingem um extenso público leitor, pelo menos parte deles pertencentes ao “respectable poor”. No caso brasileiro, a expansão do livro como meio de divulgação ao longo do século XIX foi pequena, esbarrando

especialmente na limitada alfabetização dos possíveis leitores¹. Essa limitação era igualmente real para o públicopolicial, também analfabeto ou extremamente restrito na sua capacidade de leitura (Cf. Bretas, 1998; Rosemberg, 2008).²

O final do século XIX deu início a visíveis esforços de melhoria, especialmente na polícia militar do Rio de Janeiro. Seu quadro de oficiais se originava – exceto nos postos superiores de comando – da própria força, representando um grupo que ascendia pelo esforço pessoal, e onde pelo menos alguns se ressentiam da falta de apreciação pública para esses esforços. Na polícia civil, uma forte rotatividade nos postos superiores produzia um compromisso mais limitado entre os homens e a instituição; os bacharéis nomeados delegados não permaneciam muito tempo nesses cargos, e os agentes de rua também flutuavam ao sabor das mudanças políticas.

Os militares possuíam ainda, os compromissos que caracterizavam a atividade, centrada em discursos de patriotismo e sacrifício, sempre dentro da hierarquia e da disciplina. O século XIX consolida essa noção de exército patriótico, caracterizado pela servidão e grandeza de Vigny. Comandados por militares do Exército, no final do referido século, quase todos oriundos da grande guerra patriótica contra o Paraguai, certamente muitos se deixaram seduzir pelo discurso da honra e do patriotismo, e tentaram levar sua mensagem aos seus comandados e mesmo ao público em geral. Não podemos deixar de imaginar, também, que muitos adotaram o discurso de seus oficiais superiores como parte de uma estratégia de sucesso profissional, pois eram os oficiais oriundos do Exército que controlavam o sistema de promoções.

O que pretendemos fazer aqui é analisar a parte visível desta estratégia de construção de um discurso positivo sobre a polícia militar,

¹ Para o nosso período podemos falar em 84% da população analfabeta em 1890 e 75% em 1920. Canclini, Nestor Garcia, *Culturas Híbridas*. EDUSP, 2003, p.68.

² As deficiências do pessoal mais qualificado são sensíveis no interior do país, e pode ser sugerida pela imensa divulgação dos manuais de redação de ofícios, principalmente de Carlos Antonio Cordeiro, *Consultor Criminal acerca de todas as ações seguidas no foro criminal*. 4ª Edição, Garnier, 1909.

utilizando os volumes disponíveis da Revista Policial, a primeira revista do gênero que conhecemos. É uma publicação produzida por um pequeno grupo de oficiais da Brigada Policial³, visivelmente à sombra do comando, e voltada para o aperfeiçoamento dos praças.

A Revista Policial foi lançada em 25 de agosto de 1903, aniversário de Duque de Caxias, principal nome do Exército brasileiro, e distribuía como brinde um retrato dele. Tinha na primeira página a fotografia e uma biografia do general Hermes da Fonseca, comandante da Brigada Policial, em vias de se tornar uma das principais lideranças militares do período, tornando-se Ministro da Guerra e depois Presidente da República. A única coleção conhecida da revista pertence à Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, e é composta por 17 números mensais, cada um com oito páginas e numeração contínua, interrompendo-se no final de 1904.

A publicação é recebida por seus colegas de imprensa com saudações. Ela logo faz registrar alguns dos comentários, como o *d'O Malho* que está na epígrafe deste trabalho. A inserção peculiar de uma Revista Policial no meio da imprensa do período, sua relação com seu público leitor e o tipo de leitura que fariam os policiais, talvez explique porque os registros noticiados são de publicações consideradas as mais vulgares, quase pornográficas. O aparecimento teria sido registrado no *Rio Nu* e no *Coió...* O desaparecimento da revista é mais difícil de explicar. Não sabemos se, de fato, ela terminou ou se o problema é da coleção da Biblioteca Nacional. Mas, o final de 1904 assistiu a uma mudança no comando do Brigada e a revista pode ter deixado de interessar ou seus responsáveis perderam influência – retomaremos esse ponto na nossa conclusão. O momento também se caracteriza pela explosão da chamada revolta da vacina, em novembro do mesmo ano, o que pode ter colocado outras prioridades na atuação dos policiais militares.

O grupo que administrava e produzia a revista era pequeno. Quatro oficiais da Brigada são listados como redatores: o tenente coronel Carlos A.

³ O nome da Polícia Militar varia diversas vezes ao longo do tempo. No período da publicação chamava-se Brigada Policial. Vou utilizar os dois nomes como sinônimos sem maiores preocupações.

da Cunha, veterano militante da valorização do policial militar, que dez anos antes havia participado da publicação do Almanaque de oficiais da polícia; os majores Cruz Sobrinho e Domingos Paranhos e o alferes Alfredo Jesus. Meses depois, o coronel Cunha se afastaria, licenciado por motivo de doença, e seria substituído pelo alferes Cyrilo Brilhante. O major Cruz Sobrinho foi o redator mais ativo, sendo responsável pelas biografias de oficiais que ocupam sempre as primeiras páginas. Na publicação de sua biografia, inserida no número comemorativo de um ano da Revista, é ressaltada sua atividade intelectual e maçônica, seus nexos com diversas associações na cidade, conjunto de articulações que o levou a tentar o cargo de intendente municipal, obtendo uma suplência. No ano de 1904, Cruz Sobrinho estava lançando o *Guia Policial*, uma publicação patrocinada pelo comando da Brigada com instruções de procedimento para os policiais nas ruas. O coronel Cunha e o alferes Jesus também escrevem na revista, ao contrário do major Paranhos, praticamente ausente.⁴ Este ocupava a posição de tesoureiro da Revista e seria uma importante peça de contato com o comando da Brigada, pois ocupava o posto de ajudante do comandante, general Hermes. A Revista não aparece como uma publicação oficial, mas não busca disfarçar seu apoio ao comando, ainda que seu editorial de lançamento afirme não ter qualquer discussão política. Medidas do General Hermes, como a criação de uma biblioteca e de uma caixa beneficente seriam aplaudidas pela revista. A partir do sétimo número a revista passa a ser impressa pela Biblioteca Nacional, reforçando o apoio oficial à publicação. A maior parte do conteúdo da revista é produzida pelos redatores. Mas logo começa a colaborar o alferes Cyrilo Brilhante, que em seguida se incorporaria ao núcleo de redatores.

É interessante observar que a redação combina oficiais de patentes diversas. Embora, como veremos mais a frente, a revista desse grande ênfase à hierarquia, seu espaço parece ter sido autônomo, com esses oficiais compartilhando as tarefas. Nos primeiros números eles assinam os artigos

⁴ Ele publica uma nota falando de sua viagem a cidade de Campanha, no estado de Minas Gerais, sem grande interesse para a temática da revista.

sem menção a seu posto, mas isso não duraria muito. A atuação nesse espaço e o contato com superiores bem posicionados – sem falar nos elogios mensais aos comandantes de unidades, com seus retratos e biografias publicados na primeira página – deve ter sido um importante trampolim para jovens oficiais como Jesus e Brilhante, que ambicionavam prestígio e poder na corporação.

Isso não significa que esses redatores agissem de forma oportunista, buscando apenas melhorar sua situação na polícia. Havia também um esforço evidente de definir as características desejáveis numa boa polícia, seja pela definição de políticas de ação, seja pela instrução que se pretendia passar para os praças. A formação dos praças é um tema permanente, no qual a oficialidade não enfrenta grandes dissensos sobre o que se deseja: obediência, moralidade e boa aparência são os aspectos sempre enfatizados. Tudo leva a crer, também, que tanta insistência nesse assunto seja devida à falta desses itens entre os policiais. Os artigos recorrem a um elenco diversificado de apresentações para consolidar essa imagem. Num reconhecimento explícito da precariedade do treinamento e da circulação de informações, a revista reproduz os artigos do regulamento em vigor, “porque não seja facilmente acessível”, referentes a transgressões disciplinares (arts. 626 a 631) e as obrigações de rondas e patrulhas (art. 624).⁵ São os imensos esforços de codificação de procedimentos, aspiração de uma vertente importante da concepção policial – especialmente da polícia militar, traduzidos em listas enormes de coisas que as praças não poderiam fazer. Diversos artigos buscam explicar o ideal hierárquico, afirmando a “beleza” do sistema militar, fundamentado na obrigação de cada nível dirigir-se exclusivamente ao seu superior direto. Torna-se necessário informar que, quando se trata de alguma queixa contra esse superior, ele também é obrigado pelo regulamento a encaminhá-la. Nenhum dos artigos se preocupa em esclarecer como

⁵ Revista Policial, pp. 29, 39, 48 e 56. Não deixa de ser interessante observar que, embora os artigos sobre transgressões venham depois no regulamento, são transcritos primeiro.

alguém tomará conhecimento da queixa se ele não fizer o encaminhamento, quando o queixoso é impedido de fazê-la pessoalmente. Mas o fato da revista dar destaque a essa questão, faz crer que os contatos fora da hierarquia eram um problema com o qual a oficialidade precisava lidar.⁶

Se temos esses indicadores de que o comportamento interno do policial não era bom, temos também muitas críticas a seu comportamento nas ruas. A atitude de alguns policiais era vista como motivo para o desprestígio da atividade: “ao maior cuidado no desempenho das incumbências que lhe forem dadas, no sentido de cumprir o estabelecido para o caso; deverá aliar a preocupação de agradar, conquistando a aprovação e o respeito dos que testemunharem os seus menores atos”.⁷ Os artigos do coronel Cunha são sempre cuidadosos em afirmar que os comentários se dirigem a uma minoria, que termina por prejudicar a imagem de todos. A preocupação em separar os bons e os maus policiais e qualificá-los como uma minoria é permanente. Mas a revista constitui seu público entre aqueles interessados em melhorar, mas que, aparentemente, compartilhavam dos problemas; ao constituir seus leitores, a revista desfaz a distinção entre bons e maus.

Alguns policiais deveriam corrigir sua postura e cuidar de seu fardamento. Não deveriam ficar recostados em postes ou entradas de casas, conversando com desocupados ou lendo jornais, “incorrendo, além do castigo, no comentário deprimente por parte de muitas pessoas que nele envolvem, em tais ocasiões, as praças que procedem de modo diverso, quiçá toda a corporação”.⁸ O homem na rua deveria caminhar – marchar, segundo um artigo – compassadamente, pelo centro da rua, evitando especialmente o andar gingado, característico de uma malandragem que não

⁶ Revista Policial passim. A expressão “beleza da hierarquia” encontra-se no artigo “Trâmites Legais” do cel. Cunha, p. 14

⁷ Alfredo de Jesus, “Primeiras armas I”. Revista Policial, p. 4. Esse artigo, apesar de numerado, não teve continuação.

⁸ C.A.C., “Compostura Militar”. Revista Policial, p. 4.

estava muito distante das origens sociais desses homens, mas da qual eles precisavam se distanciar, para se aproximar das aspirações de seus oficiais.

Essa distância dos hábitos populares marca um dos objetivos da disciplina, e se traduz especialmente no cuidado com o uniforme, que devia ser mantido limpo, metais polidos, e envergado de forma apropriada. O boné fazia parte do regulamento, mas podia ser transformado em símbolo de classe por um ligeiro deslocamento, para o alto da cabeça, “seguro indicativo da falta de seriedade da praça”.⁹ A farda deixava de ser uma marca de distinção para produzir uma identificação não desejada. Esse procedimento indignava os oficiais, pela distorção do símbolo militar, mas ao mesmo tempo, colocava o praça em pé de igualdade com aqueles que devia enfrentar nas ruas, dando a entender que ele era tão capadócio quanto eles, seja para enfrentá-los, seja para conciliá-los. Para muitos praças, a estratégia de sobrevivência nas ruas incluía aproximar-se daqueles que policiavam, estabelecendo esse tipo de troca simbolicamente significativa. Seus superiores, ou ao menos esses que deixaram registro impresso, tinham uma proposta distinta: desejavam ver o soldado se afastar do mundo em que vivia, incorporado no mundo e na disciplina militar.

O propósito de aprimorar as praças fica evidente numa série de artigos sobre higiene. Neles são tratados temas básicos de saúde, chamando a atenção de início para o elevado índice de mortalidade no meio policial militar, sujeito a uma atividade pesada, freqüentemente em condições ruins. Essa constatação poderia produzir um discurso de natureza “sindical”, reivindicando direitos e melhores condições de trabalho. Mas a opção da revista é buscar comportamentos do policial que poderiam lhe assegurar mais saúde para suportar essas condições. Certamente, o primeiro inimigo é o álcool. O tema anti-alcoolista é característico do período e subscrito pela medicina.¹⁰ O autor dos artigos discute as diferentes políticas

⁹ Idem, *ibidem*.

¹⁰ Curiosamente, os artigos sobre a Higiene das Praças não são assinados, mas tudo leva a crer na autoria de um médico, ainda que outros intelectuais, como Evaristo de Moraes ou Hermeto Lima, também estivessem engajados no combate ao consumo do álcool. Num dos números da revista, o biografado é o oficial médico Dr. Samuel Pertence.

internacionais de combate ao consumo do álcool. Em outros artigos, o fumo é alvo de sua investigação – apenas parcialmente condenado¹¹, ainda que o viajante James Walsh, trinta anos antes, tenha incluído o “cigarrinho” entre as características do policial carioca – estando presente, temas como, os cuidados com a boca e os dentes, e a vacinação contra a varíola, obrigatória para os praças, defendida em maio de 1904, seis meses antes da revolta popular. A praça saudável e disciplinada representava a aspiração da oficialidade, capaz de preservar a boa imagem da polícia nas ruas da cidade.

É impossível estabelecer a recepção das revistas no meio das praças. Pode mesmo ser observada uma certa diminuição no número de artigos direcionados a esse grupo, o que talvez possa ser interpretado como a percepção de que este não era um objetivo que a revista pudesse alcançar. Mas, ao mesmo tempo, talvez seja possível avaliar alguns elementos menos objetivos que esta oficialidade considerava como úteis a serem transmitidos às praças. Valores caros à intelectualidade militar vão sendo afirmados ao longo da revista; não só a honra e a bravura, expressas em situações de combate buscadas na Europa ou na Guerra do Paraguai, mas também uma adesão à história institucional como algo positivo e de valor.

A Brigada Policial se aproximava da comemoração do seu primeiro centenário, e muitos artigos vão se dedicar a contar histórias ou curiosidades da tradição policial. O major Cruz Sobrinho daria início a um Histórico da Polícia Militar, enquanto seus companheiros recuperavam a participação do batalhão de voluntários formado pela polícia na guerra do Paraguai.

Os valores militares precisavam ser reafirmados. Em diversos momentos, na sociedade, aparece a dúvida sobre a conveniência de uma polícia organizada militarmente; este período não é exceção e a revista tem de afirmar a excelência de seus valores. Faz-se presente o argumento

¹¹ “Reconheçamos que o fumo geralmente é um veneno lento, mas em todo o caso não o censuramos de modo absoluto, há condições em que não se poderia impedir seu uso porém moderado. O operário após os seus árduos trabalhos do dia, experimenta um grande bem estar, fumando um ou dois cachimbos, o fumo não pode ser proibido ao soldado ou ao marinheiro, a nostalgia é um mal comumente observado nesta classe de gente e o fumo é um remédio que não se pode deixar de reconhecer a eficácia neste sentido.” Revista Policial, p. 62

de que a polícia funciona como auxiliar do Exército em tempos de guerra, noções de estratégia militar são publicadas, incluindo diversos capítulos sobre a história da “arte militar desde a antigüidade mais remota”, combinados com os episódios de bravura nos combates do Paraguai.

Mas a argumentação em prol da identidade militar já começa a sugerir uma alteração no eixo da revista. Ela vai deixando de ser uma publicação voltada para as praças, falando cada vez mais com a oficialidade. As publicações de retratos de oficiais com suas biografias, além da indispensável coluna mensal de aniversariantes, deve ter atraído um público leitor nos escalões de comando. No mínimo, a revista vai se constituindo num lugar de sociabilidade. Diversos oficiais de outros Estados escrevem agradecendo o envio da revista; festejos promovidos pela oficialidade obtêm divulgação e aumentam sua ressonância. Em 12 de maio de 1904, a revista publica um número fora do calendário previsto; a revista era lançada sempre no dia 25. A razão é logo evidente: fazia aniversário o comandante da corporação, o General Hermes, e o número é todo dedicado a elogiá-lo. Nesse momento, o quadro de redatores é complementado por muitas outras pessoas interessadas em deixar registrado seu elogio ao comandante. Na última página é publicado o programa do concerto que a banda da polícia faria em homenagem ao General.

Interpretar estas práticas apenas como sinal de oportunismo ou de auto-congratulação é perder o significado maior de estabelecimento de um grupo que se reconhece e se estabelece na direção da Brigada. Chama a atenção as diversas notas sobre festejos envolvendo o Coronel José Pessoa, um oficial do Exército que teria sua carreira ligada à Polícia Militar, chegando mais tarde ao comando. Tudo indica que ele já vinha constituindo laços fortes com os policiais, que se traduziriam em benefícios mútuos ao longo de sua trajetória.¹²

¹² José Pessoa parece ser o exemplo mais evidente de um traço que ainda não foi pesquisado: alguns oficiais do Exército desenvolvem carreiras bastante ligadas às atividades policiais, talvez tornando-se especialistas em comando policial, atividade que provavelmente não traria muito prestígio no Exército, mas que poderia assegurar bons contatos e influência política. Seu irmão, Aristarco, se ligaria ao Corpo de

A publicação dos retratos deveria garantir um certo público, o retratado e seus amigos. Isso sem falar naqueles que também gostariam de se ver ali, ou nos que, pelo menos, tinham seus aniversários anunciados. A posição de uma revista para ilustrar os subalternos vai dando mais espaço a um relacionamento entre oficiais, que parece ter mais ressonância e se concretizar com maior facilidade num público mais educado e que desenvolve aspirações de legitimidade que a revista contribui para consolidar. Nesse caminho, novos objetos vão se tornando mais significativos e merecendo destaque.

Um tema que aparece desde o início, e que devia ser de grande interesse para a oficialidade, é a comparação com outras polícias. Durante todo o período de publicação da revista, são inúmeras as menções a diferentes polícias, primeiro de outros países, depois de outros estados. As polícias estaduais são um objeto interessante, e ainda pouco trabalhado. A república velha determinou a autonomia dos estados em muitos aspectos, reforçando a idéia federativa, e permitiu a formação de padrões de policiamento muito diversos. Talvez a partir da recepção positiva que a revista parece ter tido nos estados, com oficiais agradecendo seu envio e elogiando-a, os redatores decidiram solicitar a colaboração dos estados com informações que lhes permitissem descrever as polícias estaduais. Ainda é cedo para se pensar numa integração maior entre estas polícias, mas esse nexos permite indicar a formação de um interesse comum que levaria a ações conjuntas.

O noticiário sobre as polícias de outros países é de outra ordem. Em momento algum se faz referência a fontes que permitam saber como as informações foram obtidas, mas certamente, não são resultado de contatos entre policiais. Podemos dizer que estas notícias são de dois tipos, com objetivos distintos. Algumas notícias se referem a lugares exóticos, mais distantes culturalmente do que geograficamente, o que faz de suas formas

Bombeiros. Rede semelhante teriam os Souza Aguiar, no final da primeira década do século XX. Outro coronel biografado que se ligaria à polícia carioca, é o então coronel Carneiro da Fontoura, que seria mais tarde o chefe de polícia do governo Bernardes.

de policiamento uma curiosidade. Não existe uma utilidade prática nas informações, mas contribuem para a formação de uma cultura profissional, expressa no domínio de saberes sobre seu campo, na peculiaridade tanto quanto no conhecimento objetivo. Haveria motivo de inveja ao saber que a guarda de Pequim contava com 48.307 homens?

A informação sobre as polícias européias ou americanas tinha um objetivo mais ambicioso. Observar, comparar, trazer informações que pudessem fazer-se úteis, mirando-se nos exemplos. A polícia estava inserida no pensamento brasileiro da *belle époque*, que tinha seus olhos voltados para a Europa, e especialmente para Paris. Não é à toa que, a primeira informação internacional, já no segundo número da Revista, chamava-se “A Polícia de Paris e a Nossa”, de autoria do major Cruz Sobrinho, e abria com a opinião do ex-chefe de polícia, Brasil Silvado, que a considerava “a primeira do mundo, ... quer pela habilidade, presteza e perspicácia que patenteia na descoberta dos crimes praticados, quer por sua organização geral”¹³. Aqui o propósito comparativo e a emulação são evidentes; Paris teria 9.000 homens, enquanto o Rio devia se contentar com 2.000, sem falar que estes não têm preparo ou remuneração adequada. O mote seria retomado por Cruz Sobrinho no número 5, quando iniciava a apresentação da polícia da Espanha, ao mesmo tempo em que estabelecia um programa: “a seguir trataremos das polícias das repúblicas Argentina, Chile, Peru, Bolívia, Urugua, México, Estados Unidos do Norte e França e depois das de Londres, Portugal e Itália”.¹⁴ Como tantas outras coisas da revista, a programação não teve esta continuidade, mas é significativa para tentarmos entender as prioridades. O contato latino-americano já parecia importante, especialmente pela característica do Brasil de ser uma república tardia, que na definição de instituições poderia se inspirar em seus vizinhos, assim como nos “Estados Unidos do Norte”, considerando que os Estados Unidos do Brasil seria os do sul. Só ao final apareciam, a de Londres, talvez pelas peculiaridades dos ingleses, as matrizes latinas externas, a França, Portugal, origem dos nossos sistemas policiais e a Itália.

¹³ Revista Policial, p. 11.

¹⁴ Idem, p. 36.

A discussão mais técnica, voltada para os pares, introduz também duas outras temáticas de interesse: a moderna criminologia e a adequação dos armamentos. A publicação de uma série de artigos intitulada: *Investigações criminológicas*, de autoria do Dr. F. F. de Macedo, coloca a revista próxima de outras publicações do período. O fascínio da investigação se expandia desde o final do século XIX, e tinha um efeito poderoso em tornar a atividade policial um pouco mais agradável aos olhos do público. Pela via da ciência, chegava-se ao criminoso com uma elegância muito diferente do cotidiano duro das polícias, produzindo encanto e certeza, na irrefutabilidade das provas constituídas. Mas o ponto curioso é que, esse tipo de investigação científica tinha pouco ou nada a ver com as tarefas da Brigada, encarregada do policiamento ostensivo, patrulhando as ruas da cidade, ou enfrentando grandes distúrbios. Nesse sentido, a presença destes artigos como informação carece de utilidade; o que se pode ver é que a publicação aproveita o prestígio do tema, como elemento legitimador de suas atividades, ainda que estas fossem muito distintas.

O que pode ser aproveitado das investigações publicadas é a constituição de determinados tipos criminosos, que mereceriam atenção específica no policiamento. A polícia, mesmo as patrulhas nas ruas, esbarravam com estes criminosos biologicamente constituídos, contra os quais não faria sentido ter o mesmo tipo de comportamento que com seres humanos comuns – “esses míseros não passam de autômatos dominados por impulsos estranhos à sua constituição real... e que solicitam, não um juiz, mas um médico, não uma prisão mas um hospital ou um manicômio”.¹⁵

A discussão sobre o armamento coloca em evidência as dificuldades de fazer uma revista sem entrar em questões politicamente sensíveis. A revista se pautava por ser simpática ao governo e ao comando da polícia militar, mas, ao discutir o armamento disponível, tinha de reconhecer a necessidade de um investimento até então inexistente. O argumento passa pela importância de unificar os armamentos das forças militares, com as quais a polícia se identifica. Mas o fuzil baioneta Mauser, empregado pelas

¹⁵ Revista Policial, p. 158.

forças armadas, precisaria ser adaptado, incluindo uma faca mais longa do que aquelas que a polícia usava, para aumentar sua utilidade em combates de rua. A discussão marcava um dilema que caracterizaria as polícias militares: em que medida eram forças policiais ou forças militares?

Essas discussões teriam que envolver a relação das polícias com os governos. Se os problemas apontados de forma privilegiada diziam respeito à má qualidade do pessoal, que se desejava melhorar com educação e mesmo com o estabelecimento de um sentido de identidade coletiva, esta própria identidade incentivava a discussão de diversos problemas como estruturais, que os bons policiais deveriam ser capazes de identificar e de propor soluções, mas que deveriam contar com o apoio do governo para realizar. Melhorar a polícia deixava de ser questão de esforço para se tornar questão de investimento. Todas as afirmações poderiam ser feitas de que os governantes sabiam desta situação e faziam o possível para resolvê-la. Mas no final das contas, era impossível não constatar que as reformas desejadas nunca se realizavam. Talvez, essa constatação tenha sido parte da falência do projeto de revista. Ao mesmo tempo em que configurava a possibilidade de construir uma polícia com a forma desejada, ela não poderia deixar de tornar evidente as precariedades do exercício da ocupação policial, fazendo do órgão de apoio às políticas do Estado um agente poderoso para denunciá-las.

Conclusão

Os estudos sobre as Forças Armadas têm um importante foco no processo de profissionalização. Uma das vertentes importantes busca associar o processo de formação militar à constituição do que Goffman chamou de instituição total. Procedimentos internos produziram um sentido de pertencimento e uma solidariedade entre aqueles que vivenciam uma experiência comum. Esta leitura analítica pode ser valiosamente confrontada com a experiência policial, seja de um ponto de vista contemporâneo, seja enquanto experiência histórica de “formação da classe policial”. Ainda que não exista um consenso, há uma discussão importante sobre a prevalência de uma cultura policial visível em

experiências compartilhadas no mundo contemporâneo. Porém, existem traços bastante específicos desta possível cultura policial: ao contrário de aspectos enfatizados nas instituições totais, as características mais importantes que unificam os policiais derivam de experiências externas, do seu contato com o público. Os mecanismos internos de transmissão de um saber (*cop knowledge*) se referem à narração de histórias e casos, vividos no mundo da prática, dos quais se extraem lições. Essa forma de conhecimento inclui uma valorização do informal, do primado da experiência sobre a teoria, que desqualifica as iniciativas formais como a publicação de uma revista.

Talvez por isso, histórias da experiência mais imediata estejam ausentes na Revista Policial. Existem histórias de heroísmo – um valor abstrato e freqüentemente inútil ou danoso no cotidiano – na guerra do Paraguai, ou na incorruptibilidade de gendarmes franceses. Mas só uma vez há referência a um policial morto em conflito na cidade do Rio de Janeiro. Morrer pode ser um exemplo, mas o verdadeiro aprendizado policial é sobreviver, conhecimento que não pode se transformar em saber escrito. É nessa disjunção que podemos explorar um pouco do que foi a revista e do que não podia ser. O ideal agregador da revista podia ser de grande valia para um grupo que percebia sua posição de oficiais da Brigada como um sinal de ascensão social, que deveria transparecer num maior prestígio. Se isso não acontecia na sociedade, ao menos o nome em letra de forma poderia construir um lugar de reconhecimento entre iguais, que poderia ser estendido. Isto se dava na direção das polícias dos Estados, e buscava uma associação de subserviência diante dos oficiais do Exército, que detinham as principais posições de mando. Mas, a cultura policial da revista não podia ser mais do que uma cultura de comando, da alta hierarquia e seus aspirantes. Algo muito distante da cultura pervasiva no mundo das praças.

O dilema da revista antecipava a separação completa entre o quadro de oficiais e o de praças, que se realizaria alguns anos depois. Passar de praça a oficial provocava uma mudança muito intensa e limitada a poucos. Tornava-se mais confortável reconhecer e investir na diferença. Porém,

Marcos Luiz Bretas

ainda se restringindo a uma cultura de oficiais, a revista parecia produzir novos riscos. A cultura dos oficiais deveria ser a cultura oficial, mas a relação entre a polícia e a administração pública não era assim tão simples. Por mais que a revista tentasse se afirmar apolítica e se colocar do lado dos comandos, ao falar das necessidades da Brigada ela assumia um tom contestador, expressando descontentamentos velados. Fazer polícia exigia equipamentos, regulamentos, treinamento e toda uma série de requisitos que o estado deveria prover, mas a melhor forma que a Revista conseguia expressar era que os comandantes tinham as melhores intenções, mas nunca conseguiam oferecer nem mesmo aquilo que sabiam necessário. Estabelecendo divisões num momento em que a sociedade carioca vivia revoltas, e que o comando era trocado, o esforço profissionalizador não sobreviveu.

Bibliografia

- BRETAS, Marcos Luiz, "A Polícia carioca no Império". *Estudos Históricos*, vol. 12, n.22, 1998, pp. 219-234
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas*. EDUSP, 2003.
- KALIFA, Dominique. "Les mémoires des policiers: l'émergence d'un genre?". In: *Crime et Culture au XIXe Siècle*. Perrin, 2005, pp. 67-102.
- LAWRENCE, Paul. "Scoundrels and scallywags, and some honest men. Mémoires and self-image of French and English policemen c.1870-1939". In: GODFREY, Barry et alli. (eds.) *Comparative Histories of Crime*. Willan, 2003, pp, 125-144.
- _____. "Images of Poverty and Crime. Police mémoires in England and France at the end of nineteenth-century". *Crime, History and Society*, vol. 4, n. 1, 2000, pp. 63-82.
- ROSEMBERG, André. *Polícia, Policiamento e o Policial na Província de São Paulo no Final do Império: a instituição, prática cotidiana e cultura*. Tese de doutorado, USP, 2008.

Recebido em fevereiro de 2009. Autor convidado.